

Laboratório de Eleições

Fernando Meireles

Bruno Schaefer

Fabiano Santos

📍 A definir

📅 A definir

🔗 fmeireles.com/laboratorio

Apresentação

Eleições são o pré-requisito incontornável da democracia. Ainda que boa parte da vida política se passe fora delas, é em torno das disputas por cargos executivos e legislativos que se organizam fenômenos centrais: estratégias partidárias, formação de coalizões, difusão de peças de comunicação política e, enfim, a decisão de voto. No Brasil, eleições são caracterizadas por um sistema partidário fragmentado e regionalmente diverso, mas que passa agora por um processo de centralização; por diferentes regras eleitorais para cargos executivos e legislativos; por campanhas cada vez mais curtas e caras; pela presença crescente de redes sociais e outras formas de comunicação digital; e por uma opinião pública cada vez mais polarizada, estruturada por identidades partidárias e antipartidárias.

A proposta deste curso é oferecer um espaço para o estudo aplicado das eleições e destes temas que as perpassam, com foco nas eleições nacionais e estaduais de 2026. Ao longo do semestre, usaremos literatura substantiva e diferentes tipos de dados, como microdados eleitorais e materiais de campanha, para tentarmos entender eleições passadas – e, mais importante, as que ocorrerão no meio do semestre. Nosso objetivo, ao final, será tentar formular perguntas analiticamente orientadas, para serem respondidas empiricamente de forma replicável, que nos ajudem a entender o que está acontecendo.

O que estudaremos?

O curso é organizado em torno de cinco blocos temáticos:

- **1) Eleições e sistema partidário**, incluindo evolução do número de partidos, padrões de competição, coligações, federações e diferenças entre cargos eletivos;

- **2) Identificação partidária e comportamento eleitoral**, com foco no papel de identidades partidárias e antipartidárias na decisão do voto;
- **3) Participação eleitoral**, cobrindo comparecimento, votos brancos e nulos, e desigualdades territoriais e sociodemográficos nesses indicadores;
- **4) Campanhas e comunicação política**, passando por gastos de campanha, propaganda eleitoral, estratégias de mobilização, debates e redes sociais;
- **5) Economia, avaliação de governo e voto retrospectivo**, com ênfase nos efeitos de desempenho governamental, incumbência e contexto econômico sobre resultados eleitorais.

O curso é essencialmente prático. As aulas combinarão discussão de literatura, exploração de bases de dados, atividades e apresentação de resultados parciais sobre perguntas envolvendo cada um dos tópicos acima. Dito de outra forma, o curso é um laboratório cujo grande objeto de estudo são as nossas eleições no Brasil.

Pré-requisitos

Embora o curso não preveja nenhum pré-requisito obrigatório, é esperado que alunos e alunas tenham familiaridade com inferência estatística, modelos de regressão e análise de dados em R (o equivalente formal é ter cursado as disciplinas de *Desenho de Pesquisa* e *Legos I e II*). Para quem optar por usar métodos qualitativos, também é desejável ter tido exposição prévia a técnicas como análise de conteúdo, entrevistas e grupos focais. A disciplina *não* cobrirá estes requisitos e, ao contrário, os cobrará como parte das avaliações.

Leituras

Não teremos um livro-texto para este curso. As leituras combinarão artigos, capítulos e materiais aplicados sobre eleições, partidos, comportamento eleitoral, campanhas, comunicação política e opinião pública, com foco principal no Brasil. Parte da bibliografia será comparada, sobretudo em inglês. Além das leituras substantivas, cada bloco do curso contará com bases e/ou fontes de dados específicos que deverão ser usados nas atividades práticas descritas em seguida.

Avaliação

Este curso terá três formas de avaliação:

- i) preparação e apresentação, em grupo, de *relatórios de pesquisa*, entre 6 e 12 páginas, sobre problemas aplicados envolvendo a análise de eleições, comportamento eleitoral, comunicação política e campanhas; e

- ii) arguição e revisão, em grupo, de *relatórios de pesquisa* apresentados em sala de aula por outros grupos.
- iii) participação individual em sala de aula.

Elaboração e apresentação de relatórios (60 pontos)

Cada grupo produzirá *três* relatórios de pesquisa, cada um entre *6 e 12 páginas*, sobre tópicos pertencentes a blocos temáticos diferentes. Ao início de cada etapa, será divulgada uma lista fechada de perguntas e materiais empíricos recomendados para os relatórios. Em cada relatório, espera-se que os grupos apresentem:

- Uma pergunta de pesquisa clara e empiricamente orientada;
- Uma breve discussão da literatura e das expectativas teóricas relevantes;
- Uma descrição transparente dos dados, recortes analíticos e decisões de mensuração;
- Um desenho de pesquisa adequado para responder à pergunta proposta;
- Resultados substantivos apresentados com material qualitativo, tabelas, gráficos e/ou testes estatísticos; e
- Uma discussão final sobre limitações, validade e possíveis extensões da análise.

Os relatórios serão apresentados em sala de aula pelo grupo responsável. A avaliação levará em conta a coerência entre pergunta e método, a qualidade da análise empírica, a clareza da apresentação escrita e oral, e a capacidade de oferecer respostas fundamentadas às arguições feitas pelos colegas.

Todos os relatórios deverão ser feitos usando um template em **Quarto**, que será disponibilizado no início da disciplina, para permitir a integração de texto, código e resultados. Os relatórios compilados em PDF e seus materiais de replicação – incluindo scripts e dados – deverão ser entregues em uma pasta pública no Google Drive para avaliação. Ao todo, cada grupo apresentará *três* relatórios ao longo do curso, cada um valendo *20* pontos.

Arguição e revisão de relatórios (30 pontos)

Alunos e alunas deverão, em grupos, revisar e arguir os relatórios de pesquisa apresentados por outros grupos. A revisão deverá conter:

- Uma síntese dos pontos mais importantes do relatório, incluindo uma avaliação crítica do desenho da pesquisa, da análise de dados e das conclusões apresentadas;
- Uma avaliação da pertinência e adequação das referências bibliográficas utilizadas;
- Uma lista de questões para discussão em sala de aula, que deverão ser apresentadas durante a arguição do relatório.

Ao longo do curso, cada grupo deverá revisar e arguir *três* relatórios, cada um valendo *10* pontos. A arguição e revisão de relatórios será feita em sala de aula.

Participação em sala de aula (10 pontos)

Além das atividades em grupo, a participação individual em sala de aula também será avaliada. A participação inclui a presença nas aulas, contribuição para discussões em sala de aula, e pró-atividade e envolvimento na apresentação e na arguição de relatórios.

Nota final

A nota final será calculada pela soma dos pontos obtidos nos *três relatórios* (60 pontos), nas *três arguições* (30 pontos) e na *participação em sala de aula* (10 pontos), totalizando 100 pontos.

Políticas

Participação e convivência

Esta disciplina depende de discussão coletiva e de trabalho em grupo. Para que isso funcione – e embora pareça algo óbvio –, cabe reforçar: todos e todas devem respeitar espaços de fala, opiniões e contribuições de colegas. Particularmente em sala de aula, intervenções devem respeitar a ordem de fala e evitar interrupções.

Atendimento a Necessidades Especiais

Se você, por qualquer razão que seja, tenha necessidades ou solicitações individuais, não hesite em procurar auxílio, tanto por **e-mail** quanto pessoalmente.

Plágios

Apresentar texto ou código de outra pessoa como se fosse próprio, inclusive em trabalhos finais de disciplina, viola **normativas da nossa universidade**, o que pode resultar em sanções previstas pela **Ordem de Serviço da PR2 n. 003 de novembro de 2020**. Embora a colaboração entre colegas seja estimulada neste curso, evite copiar trechos de textos e códigos inteiros de outra pessoa ou de outra publicação – relatórios serão checados para identificar similaridade e plágio de fontes na internet.

Uso de LLMs

O uso de LLMs (como o **ChatGPT**) é permitido neste curso, mas apenas como apoio à análise empírica e à implementação de técnicas e modelos. Por exemplo, é permitido usar o ChatGPT para ajudar a implementar código em R para análise de dados, mas não é permitido usar o ChatGPT para escrever ou fazer interpretação substantiva de resultados. Trabalhos e apresentações serão avaliados em sala de aula, pelo conteúdo apresentado, e por isso é importante que alunos e

alunas sejam responsáveis pelo resultado final de suas tarefas e apresentações, mesmo que tenham usado LLMs para auxiliar a implementação de código.

Como prática recomendada, é importante que todos os textos ou apresentações tenham um pequeno parágrafo sobre *Uso de LLMs* que descreva em qual, ou quais, tarefas ou partes do trabalho o ChatGPT foi usado, e de que forma. Por exemplo, um parágrafo de uso de LLMs poderia ser:

Uso de LLMs: Para esta tarefa, usamos o Gemini na implementação do código para obtenção e manipulação dos dados, rodar modelos de regressão e revisão gramatical. Entretanto, dados foram validados comparando os resultados obtidos com os de fontes oficiais (TSE).

Roteiro do curso

O plano abaixo resume os blocos temáticos e tópicos que analisaremos, fontes de dados recomendadas e bibliografia sugerida. Ao longo do curso, o plano será atualizado com detalhes sobre as perguntas de pesquisa, os materiais empíricos e as atividades práticas que serão realizadas em cada aula.

Bloco 1: Eleições e sistema partidário

Tópicos

- Evolução do número de partidos e fragmentação partidária;
- Nacionalização e regionalização do sistema partidário;
- Padrões de competição eleitoral, de coligações e de federações partidárias;
- Diferenças entre eleições para cargos executivos e legislativos.

Fontes de dados recomendadas

- [Portal de Dados Abertos do TSE](#)

Bibliografia

Leituras indicadas:

- Guarnieri, F. (2015). Voto estratégico e coordenação eleitoral: testando a Lei de Duverger no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 30, 77–92.
- Shugart, M. S., & Taagepera, R. (2017). *Votes from seats: Logical models of electoral systems*. Cambridge University Press., caps. 4, 7 e 8
- Zucco, C., & Power, T.J. (2021). Fragmentation without cleavages? Endogenous fractionalization in the Brazilian party system. *Comparative Politics*, 53(3), 477–500.

Leituras complementares:

- Clark, W. R., & Golder, M. (2006). Rehabilitating Duverger's theory: Testing the mechanical and strategic modifying effects of electoral laws. *Comparative Political Studies*, 39(6), 679–708.
- Cohen, M. J., Salles Kobilanski, F. E., & Zechmeister, E. J. (2018). Electoral Volatility in Latin America. *The Journal of Politics*, 80(3), 1017–1022.
- Cox, G. W., Fiva, J. H., & Smith, D. M. (2020). Measuring the competitiveness of elections. *Political Analysis*, 28(2), 168–185.
- Cronert, A., & Nyman, P. (2021). A general approach to measuring electoral competitiveness for parties and governments. *Political Analysis*, 29(3), 337–355.
- Hidalgo, F. D., & Oliveira, R. L. de (2016). Elite contestation and mass participation in Brazilian legislative elections, 1945-2014. *New Order and Progress: Development and Democracy in Brazil*, 241–267.
- Lago, I., & Montero, J. R. (2014). Defining and measuring party system nationalization. *European Political Science Review*, 6(2), 191–211.
- Limongi, F., & Vassalai, F. (2018). Entries and withdrawals: electoral coordination across different offices and the Brazilian party systems. *Brazilian Political Science Review*, 12(3), e0001.
- Morgenstern, S., Swindle, S. M., & Castagnola, A. (2009). Party nationalization and institutions. *The journal of politics*, 71(4), 1322–1341.
- Samuels, D. J. (2000). The gubernatorial coattails effect: federalism and congressional elections in Brazil. *Journal of Politics*, 62(1), 240–253.
- Su, Y.-P. (2014). Explaining electoral Volatility in Latin América: Evidence at the party level. *Latin American Politics and Society*, 56(2), 49–69.
- Ventura, T. (2021). Do mayors matter? Reverse coattails on congressional elections in Brazil. *Electoral Studies*, 69, 102242.

Bloco 2: Identificação partidária e comportamento eleitoral

Tópicos

- Identificação partidária e antipartidária no Brasil;
- Efeitos de identificação partidária e antipartidária sobre a decisão de voto;
- Efeitos da identificação partidária e antipartidária sobre a avaliação de governo e o voto retrospectivo;
- Polarização ideológica e afetiva e seu papel na decisão de voto.

Fontes de dados recomendadas

- Bases de microdados de survey do Cesop
- Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB)

- [Repositório de Pesquisas Eleitorais do TSE \(PesqEle\)](#)
- Relatórios e levantamentos de opinião pública de institutos de pesquisa

Bibliografia

Leituras indicadas:

- Bartels, L. M. (2002). Beyond the running tally: Partisan bias in political perceptions. *Political behavior*, 24(2), 117–150.
- Green, D., Palmquist, B., & Schickler, E. (2002). *Partisan Hearts and Minds: Political Parties and the Social Identities of Voters*. New Haven, CT: Yale University Press., Caps. 1–2
- Lewis-Beck, M. S., Norpoth, H., Jacoby, W. G., & Weisberg, H. F. (2008). *The American Voter Revisited*. University of Michigan Press., Caps. 6–7

Leituras complementares:

- Abramowitz, A. I., & Webster, S. (2016). The rise of negative partisanship and the nationalization of US elections in the 21st century. *Electoral Studies*, 41, 12–22.
- Druckman, J. N., & Levendusky, M. S. (2019). What do we measure when we measure affective polarization? *Public opinion quarterly*, 83(1), 114–122.
- Fuks, M., & Marques, P. H. (2022). Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil. *Opinião Pública*, 28, 560–593.
- Izumi, M. Y. (2019). Ideologia, sofisticação política e voto no Brasil. *Opinião Pública*, 25(1), 29–62.
- Layton, M. L., Smith, A. E., Moseley, M. W., & Cohen, M. J. (2021). Demographic polarization and the rise of the far right: Brazil’s 2018 presidential election. *Research & Politics*, 8(1), 2053168021990204.
- Lupu, N. (2014). Brand dilution and the breakdown of political parties in Latin America. *World Politics*, 66(4), 561–602.
- Mason, L. (2015). “I disrespectfully agree”: The differential effects of partisan sorting on social and issue polarization. *American journal of political science*, 59(1), 128–145.
- Moreira, T., & Rennó, L. (2024). Conservadores convertidos: o “efeito Bolsonaro” em 2018. *Opinião Pública*, 30, e30112.
- Ortellado, P., Ribeiro, M. M., & Zeine, L. (2022). Existe polarização política no Brasil? Análise das evidências em duas séries de pesquisas de opinião. *Opinião Pública*, 28(1), 62–91.
- Russo, G. A., Pimentel, J., & Avelino, G. (2022). O crescimento da direita eo voto em Bolsonaro: causalidade reversa? *Opinião Pública*, 28(3), 594–614.
- Samuels, D., & Zucco Jr, C. (2014). The power of partisanship in Brazil: Evidence from survey experiments. *American Journal of Political Science*, 58(1), 212–225.

- Samuels, D., & Zucco, C. (2018). Partisans, anti-partisans, and voter behavior 1. Em *Routledge handbook of Brazilian politics* (p. 269–290). Routledge.
- Samuels, D., Mello, F., & Zucco, C. (2024). Partisan stereotyping and polarization in Brazil. *Latin American Politics and Society*, 66(2), 47–71.
- Tolkin, A. (2026). Reluctant Partisans, Not Undercover Partisans: Why Americans Increasingly Identify as Independent. *Public Opinion Quarterly*, nfag021.

Bloco 3: Participação eleitoral

Tópicos

- Evolução das taxas de comparecimento;
- Desigualdades territoriais e sociodemográficas no comparecimento, votos brancos e nulos;
- Efeitos de abstenção, votos brancos e nulos sobre resultados eleitorais nas eleições presidenciais.

Fontes de dados recomendadas

- [Portal de Dados Abertos do TSE](#)

Bibliografia

Leituras indicadas:

- Blais, A. (2006). What affects voter turnout? *Annu. Rev. Polit. Sci.*, 9(1), 111–125.
- Cancela, J., & Geys, B. (2016). Explaining voter turnout: A meta-analysis of national and subnational elections. *Electoral studies*, 42, 264–275.
- Kasara, K., & Suryanarayan, P. (2015). When do the rich vote less than the poor and why? Explaining turnout inequality across the world. *American Journal of Political Science*, 59(3), 613–627.

Leituras complementares:

- Boulding, C., & Brown, D. S. (2015). Do political parties matter for turnout? Number of parties, electoral rules and local elections in Brazil and Bolivia. *Party Politics*, 21(3), 404–416.
- Cepaluni, G., & Hidalgo, F. D. (2016). Compulsory voting can increase political inequality: evidence from Brazil. *Political Analysis*, 24(2), 273–280.
- Dunaiski, M. (2021). Is compulsory voting habit-forming? Regression discontinuity evidence from Brazil. *Electoral Studies*, 71, 102334.
- Franklin, M. N. (2004). *Voter turnout and the dynamics of electoral competition in established democracies since 1945*. Cambridge University Press., *Introduction* e Caps. 1–2

- Gerber, A. S., Green, D. P., & Larimer, C. W. (2008). Social pressure and voter turnout: Evidence from a large-scale field experiment. *American political Science review*, 102(1), 33–48.
- Karp, J. A., Banducci, S. A., & Bowler, S. (2008). Getting out the vote: Party mobilization in a comparative perspective. *British Journal of Political Science*, 38(1), 91–112.
- Nicolau, J. (2022). Quem iria votar se não fosse obrigado? O papel do interesse pela política no comparecimento eleitoral no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, 30, e008.
- Ojeda, C. (2018). The two income-participation gaps. *American Journal of Political Science*, 62(4), 813–829.
- Ribeiro, E. A., Borba, J., & Silva, R. da (2015). Comparecimento eleitoral na América Latina: uma análise multinível comparada. *Revista de Sociologia e Política*, 23(54), 91–108.
- Speck, B. W., & Peixoto, V. de M. (2022). Participação eleitoral nas disputas nacionais, estaduais e municipais no Brasil (1998-2020). *Revista Brasileira de Ciência Política*, 39, e258449.

Bloco 4: Campanhas e comunicação política

Tópicos

- Propaganda eleitoral e enquadramento;
- Gastos de campanha e estratégias de mobilização;
- Influência de redes sociais sobre desempenho eleitoral;
- Efeito de campanhas e comunicação política sobre comportamento eleitoral.

Fontes de dados recomendadas

- Figueiredo, A. C., Schaefer, B. M., Meireles, F., & Freitas, C. M. de (2024). Banco de Dados de Propaganda Eleitoral (HGPE) dos candidatos a deputado federal do Estado do Rio de Janeiro–1998-2018. *Dados*, 68(1), e20230099.
- [Plataforma do Meta Ads Library](#)
- [Portal de Dados Abertos do TSE](#)
- Postagens, conteúdos de redes sociais e vídeos (YouTube, TikTok, Instagram, etc.)

Bibliografia

Leituras indicadas:

- Jacobson, G. C. (1978). The effects of campaign spending in congressional elections. *American Political Science Review*, 72(2), 469–491.
- Chong, D., & Druckman, J. N. (2007). Framing theory. *Annu. Rev. Polit. Sci.*, 10(1), 103–126.
- Jacobson, G. C. (2015). How do campaigns matter? *Annual Review of Political Science*, 18(1), 31–47.

Leituras complementares:

- Barberá, P., Casas, A., Nagler, J., Egan, P. J., Bonneau, R., Jost, J. T., & Tucker, J. A. (2019). Who leads? Who follows? Measuring issue attention and agenda setting by legislators and the mass public using social media data. *American Political Science Review*, 113(4), 883–901.
- Brierley, S., Kramon, E., & Ofosu, G. K. (2020). The moderating effect of debates on political attitudes. *American Journal of Political Science*, 64(1), 19–37.
- Broockman, D. E., & Kalla, J. L. (2023). When and why are campaigns' persuasive effects small? Evidence from the 2020 US presidential election. *American Journal of Political Science*, 67(4), 833–849.
- Dolandeli Santos, R. (2020). Segmentos econômicos e determinantes do financiamento político no Brasil. *Colombia Internacional*, 101, 121–160.
- Geer, J. G. (2012). The news media and the rise of negativity in presidential campaigns. *PS: Political Science & Politics*, 45(3), 422–427.
- Hewitt, L., Broockman, D., Coppock, A., Tappin, B. M., Slezak, J., Coffman, V., Lubin, N., & Hamidian, M. (2024). How experiments help campaigns persuade voters: Evidence from a large archive of campaigns' own experiments. *American Political Science Review*, 118(4), 2021–2039.
- Lau, R. R., Sigelman, L., & Rovner, I. B. (2007). The effects of negative political campaigns: A meta-analytic reassessment. *The Journal of Politics*, 69(4), 1176–1209.
- Mancuso, W. P. (2015). Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura (2001–2012) e agenda de pesquisa. *Revista de Sociologia e Política*, 23(54), 155–183.
- Nai, A. (2020). Going negative, worldwide: Towards a general understanding of determinants and targets of negative campaigning. *Government and Opposition*, 55(3), 430–455.
- Netto, G. F., & Speck, B. W. (2017). O dinheiro importa menos para os candidatos evangélicos? *Opinião Pública*, 23, 809–836.
- Samuels, D. (2001). When does every penny count? Intra-party competition and campaign finance in Brazil. *Party politics*, 7(1), 89–102.
- Speck, B. W., & Cervi, E. U. (2016). Dinheiro, tempo e memória eleitoral: os mecanismos que levam ao voto nas eleições para prefeito em 2012. *Dados*, 59(1), 53–90.
- Sudulich, M. L., & Wall, M. (2011). How do candidates spend their money? Objects of campaign spending and the effectiveness of diversification. *Electoral Studies*, 30(1), 91–101.

Bloco 5: Economia, avaliação de governo e voto retrospectivo

Tópicos

- Efeitos de desempenho governamental sobre resultados eleitorais;
- Efeitos de incumbência sobre resultados eleitorais;

- Avaliação sociotrópica e egotrópica de governo e efeitos sobre resultados eleitorais;
- Efeitos de contexto econômico sobre resultados eleitorais.

Fontes de dados recomendadas

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)
- Portal de Dados Abertos do TSE

Bibliografia

Leituras indicadas:

- Campello, D. (2018). Retrospective voting and democratic accountability. Em *Routledge Handbook of Brazilian Politics* (p. 202–215). Routledge.
- Healy, A., & Malhotra, N. (2013). Retrospective voting reconsidered. *Annual review of political science*, 16(1), 285–306.
- Lewis-Beck, M. S., & Stegmaier, M. (2018). Economic voting. *The Oxford handbook of public choice*, 1, 247–265.

Leituras complementares:

- Araújo, V., Arretche, M., & Beramendi, P. (2024). The electoral effects of large-scale infrastructure policies: evidence from a rural electrification scheme in Brazil. *The Journal of Politics*, 86(2), 475–487.
- Barnes, L. (2026). The Politics of Inflation. *Annual Review of Political Science*, 29.
- Bueno, L., Guedes Neto, J. V., Avelino, G., & Biderman, C. (2023). It is not (just) the economy, stupid: Policy Innovation and Retrospective Voting in São Paulo, Brazil. *Brazil* (November 30, 2023).
- Cássia Libanio, R. de, & Menezes Filho, N. A. de (2003). Indicadores Sociais e Desempenho nas Eleições Estaduais. *Anais do XXXI Encontro Nacional de Economia [Proceedings of the 31st Brazilian Economics Meeting]*.
- Feierherd, G. (2020). How mayors hurt their presidential ticket: Party brands and incumbency spillovers in Brazil. *The Journal of Politics*, 82(1), 195–210.
- Jones, P. E. (2020). Partisanship, political awareness, and retrospective evaluations, 1956–2016. *Political Behavior*, 42(4), 1295–1317.
- Novaes, L. M., & Schiumerini, L. (2022). Commodity shocks and incumbency effects. *British Journal of Political Science*, 52(4), 1689–1708.
- Pereira, F. B. (2014). Voto econômico retrospectivo e sofisticação política na eleição presidencial de 2002. *Revista de Sociologia e Política*, 22(50), 149–174.
- Singer, M. M. (2011). Who says “it’s the economy”? Cross-national and cross-individual variation in the salience of economic performance. *Comparative Political Studies*, 44(3), 284–312.

- Zucco, C., & Power, T. J. (2013). Bolsa Família and the shift in Lula's electoral base, 2002–2006: a reply to Bohn. *Latin American Research Review*, 48(2), 3–24.
- Zucco Jr, C. (2015). The impacts of conditional cash transfers in four presidential elections (2002–2014). *Brazilian Political Science Review*, 9(1), 135–149.